

Recuperação RS pós-desastre: atuação do governo federal

Um ano após o desastre ocorrido entre abril e maio de 2024 nos Municípios gaúchos, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) divulga um estudo com a devida análise e considerações da situação atual acerca dos danos e prejuízos econômicos e efetiva disponibilização de recursos federais para a recuperação e reconstrução dos Municípios que ficaram em situação de emergência ou calamidade decorrentes da tragédia que assolou o Estado do Rio Grande do Sul.

Antecedentes

Entre abril e maio de 2024, o Rio Grande do Sul enfrentou uma tragédia sem precedentes na história do país, um desastre decorrente da nova era de extremos climáticos. O desastre impactou milhares de famílias e afetou 478 Municípios, dos quais 453 decretaram situação de anormalidade — sendo 358 em situação de emergência e 95 em estado de calamidade pública, isso significa dizer que mais de 91% dos Municípios gaúchos foram diretamente afetados.

Dada a dimensão da catástrofe, no dia 1º de maio de 2024, através do Decreto 57.5961, o governador do Estado, Eduardo Leite, declarou situação de calamidade pública no Estado devido às chuvas intensas. Dos decretos registrados no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD), regido pela Secretaria Nacional de Proteção Defesa Civil do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (SEDEC/MIDR), 554 foram reconhecidos pelo governo federal. Dentre os Municípios afetados, 469 conseguiram preencher algumas informações mais detalhadas sobre o desastre, mas a atualização dos dados pela CNM revela que os danos e prejuízos totais permanecem em R\$13,3 bilhões.

Do total apurado pela Confederação, R\$ 4,7 bilhões referem-se ao setor habitacional; R\$ 2,6 bilhões às perdas no setor público; e R\$ 6 bilhões aos danos privados, com destaque para a agricultura (R\$ 4,9 bilhões), pecuária (R\$ 514,8 milhões), indústria (R\$ 293 milhões), comércio (R\$ 143,4 milhões) e outros serviços (R\$ 88,9 milhões).

Os danos humanos também foram expressivos: 183 mortes, 27 desaparecidos, 98,6 mil desabrigados, 701,4 mil desalojados e 11,4 mil feridos ou enfermos, totalizando 4,7 milhões de pessoas afetadas. As informações foram analisadas pela CNM com base em dados das Defesas Cíveis Estaduais e do MIDR.

¹ <https://www.diariooficial.rs.gov.br/materia?id=997980>

Por outro lado, um estudo conjunto publicado em novembro de 2024², o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e o Grupo Banco Mundial, estimaram um impacto de R\$88,9 bilhões aos Municípios do Rio Grande do Sul devido às cheias, dos quais R\$61 bilhões correspondem ao setor produtivo, R\$19 bilhões ao setor social; R\$7 bilhões em relação a infraestrutura e R\$1,6 bilhão referente ao meio ambiente. O referido estudo ainda menciona o impacto de 1,3% sobre o PIB do Estado do Rio Grande do Sul, que poderia ter sido de 2,4% sem a ação de socorro do ente federal. Por fim, estima-se que a tragédia tenha gerado redução de 432 mil empregos no Estado.

Atuação do Governo Federal e despesas federais

Através das Medidas Provisórias 1214/2024, 1216-26/2024, 1228-35/2024, 1237/2024, 1242-46/2024, o Governo Federal dotou no orçamento, entre 2024 e 2025, R\$ 61,3 bilhões para a assistência ao RS, dos quais R\$ 56,9 bilhões foram liquidados e mais de R\$ 50,0 bilhões foram efetivamente pagos (incluindo restos a pagar pagos), garantindo um percentual de execução de 81,6%. A Tabela 1 apresenta os grandes grupos de despesa o qual os recursos foram aplicados.

Tabela 1 – Despesas com a situação de calamidade no Rio Grande do Sul, por grupo natureza da despesa (GND)

Grupo de Despesa	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Total Pago	Execução (%)
Pessoal e Encargos Sociais	794.255.286	764.181.919	764.181.919	761.369.169	95,9%
Outras Despesas Correntes	21.171.378.893	17.310.562.351	17.301.914.182	12.969.406.310	61,3%
Investimentos	3.776.654.522	3.277.281.949	3.256.717.442	898.905.653	23,8%
Inversões Financeiras	35.570.410.790	35.570.363.509	35.570.363.509	35.385.462.509	99,5%
Total	61.312.699.491	56.922.389.729	56.893.177.052	50.015.143.640	81,6%

Fonte: Painel do Orçamento Federal do SIOP. Elaboração: CNM

O **principal conjunto de despesas** que o governo federal investiu foram as chamadas inversões financeiras, que **incluem linhas de financiamento para empresas e para mitigação de calamidades públicas**, com R\$ 35,4 bilhões (72,1% do total e 99,5% de execução). Na sequência, **as despesas de custeio consumiram aproximadamente 25% das despesas federais** (R\$ 12,3 bilhões e 58,7% de execução dos recursos), as despesas de

² <https://agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2024-11/rs-organismos-internacionais-calculam-danos-de-r-889-bi-com-chuvas#:~:text=das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas.-,Impactos,PIB>

³ <https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/cnm-atualiza-prejuizos-dos-municipios-com-as-chuvas-no-rs-impacto-e-de-r-13-3-bilhoes>

Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 760 milhões e 95,7% de execução) e os Investimentos (R\$ 623 milhões e 17,2% de execução).

Para observar em maiores detalhes os recursos aplicados pela União, a Tabela 2 fornece o detalhamento das despesas a partir do seu agrupamento em elementos de despesa:

Tabela 2 – Detalhamento dos repasses para a situação de calamidade do Rio Grande do Sul, por categoria

Despesas	Dotação atual	Empenhado	Liquidado	Total Pago	Execução (%)
Gastos diretos da União	56.289.976.579	52.739.288.954	52.730.512.923	47.302.426.746	84,0%
Concessão de empréstimos e financiamentos	-	20.204.965.000	20.204.965.000	20.020.064.000	-
Integralização de cotas em fundos	-	15.350.000.000	15.350.000.000	15.350.000.000	-
Precatórios e sentenças judiciais	-	4.547.578.188	4.547.578.188	4.439.514.088	-
Auxílios financeiros a pessoas físicas	-	3.122.335.009	3.122.335.009	2.994.899.542	-
Subvenções econômicas	-	5.589.993.193	5.589.993.193	2.046.002.573	-
Restituições diversas	-	883.477.573	883.477.573	881.707.921	-
Contratação de prestadores de serviços	-	1.801.914.310	1.793.444.495	770.839.741	-
Obras e instalações	-	491.585.044	491.401.210	241.007.237	-
Material de consumo	-	623.198.973	623.089.886	495.537.432	-
Demais	-	124.241.664	124.228.369	62.854.211	-
Repasses a Municípios	3.829.545.313	3.133.732.431	3.113.295.785	1.740.256.011	45,4%
Repasses ao governo estadual	1.001.926.842	987.525.209	987.525.209	934.251.192	93,2%
Repasses a outras entidades	45.637.861	45.637.862	45.637.862	25.780.295	56,5%
Operações intraorçamentárias da União	145.612.896,00	16.205.274	16.205.274	12.429.397	8,5%
Total	61.312.699.491	56.922.389.729	56.893.177.052	50.015.143.640	81,6%

Fonte: Painel do Orçamento Federal do SIOP. Elaboração: CNM

Os gastos diretos da União (incluindo as operações intraorçamentárias) compreendem atualmente 94,6% dos repasses federais para o Rio Grande do Sul. A execução desses recursos alcançou 84,0% das dotações apresentadas. Entre as principais despesas da União, destacam-se as linhas de financiamento, com recursos do Fundo Social para o enfrentamento das mudanças climáticas (R\$ 20 bilhões), e a integralização de cotas em fundos, como para o fundo privado de recuperação de infraestrutura (R\$ 6,5 bilhões), o Pronampe (R\$ 4,5 bilhões) e Minha Casa Minha Vida (R\$ 2,8 bilhões).

Para além dos recursos de financiamento e integralização de cotas, a União também despendeu recursos em precatórios (R\$ 4,4 bilhões) e adiantamento de restituições (R\$ 882 milhões para pessoas físicas e concedeu auxílio financeiro e seguro-desemprego para os afetados pela calamidade pública (R\$ 3,0 bilhões).

Os Municípios afetados pela calamidade no Rio Grande do Sul, até hoje receberam R\$ 1,74 bilhão dos cofres federais, o que corresponde a 45,4% da

execução das dotações orçamentárias e a somente 3,5% dos recursos pagos. Destaca-se que entre os entes da federação e as entidades que receberam recursos federais, os Municípios foram os que receberam, proporcionalmente, a menor quantidade de recursos frente às dotações prometidas pelo Governo Federal. O detalhamento dos repasses municipais da União estão apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 – Detalhamento dos repasses municipais

Áreas de destinação dos repasses municipais	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Total Pago	Execução (%)
Ações de Proteção e Defesa Civil	1.918.054.045	1.456.625.227	1.436.188.581	836.232.957	44%
Repasses para a saúde	739.677.142	667.355.960	667.355.960	488.612.768	66%
FPM Calamidade	313.916.503	313.916.503	313.916.503	313.916.503	100%
Repasses para a assistência social	142.298.589	91.957.589	91.957.589	53.833.521	38%
Repasses para a educação	394.280.517	282.558.949	282.558.949	47.660.263	12%
Repasses para a habitação	199.747.590	199.747.590	199.747.590	0	0%
Repasses para a gestão ambiental e reforma agrária	121.570.927	121.570.614	121.570.614	0	0%
Total	3.829.545.313	3.133.732.431	3.113.295.785	1.740.256.011	45%

Fonte: Painel do Orçamento Federal do SIOP. Elaboração: CNM

Aproximadamente 48% dos repasses (R\$ 836 milhões) são destinados à proteção e defesa civil dos Municípios. A área de saúde recebeu R\$ 489 milhões dos cofres federais (28% do total), através de repasses para atenção primária, média e alta complexidade, vigilância em saúde e assistência farmacêutica.

O FPM calamidade, recebido pelos Municípios em duas etapas, somou R\$ 313 milhões em 2024 e correspondeu a 18% do orçamento. Destaca-se que as áreas de assistência social e educação, em conjunto, receberam R\$ 101 milhões. Prometido no orçamento, a área de habitação e gestão ambiental tiveram liquidados R\$ 321 milhões no orçamento – o que indica que já há uma assunção de dívida pela União –, mas os recursos ainda não foram pagos efetivamente.

Comentários finais

O presente levantamento teve a finalidade de, após um ano, apontar efetivamente os recursos despendidos pelo Governo Federal para o enfrentamento à situação de calamidade. Desde abril de 2024, o Governo Federal dotou R\$ 61,3 bilhões no orçamento e efetivamente pagou, incluindo os restos a pagar pagos, R\$ 50,0 bilhões (81,6% de execução).

Em que pese o elevado volume de recursos investidos, a maior parcela foi destinada à linhas de financiamento e a integralização de cotas para fundos de apoio à empresas, de infraestrutura e para as mudanças climáticas. As pessoas físicas também foram contempladas,

através de transferências diretas de renda, de seguro-desemprego e do adiantamento de precatórios e restituições.

Os repasses para as prefeituras, os entes federados que enfrentaram de frente os desastres e sofreram com a sua destruição, foram contemplados com R\$ 1,7 bilhão desse montante, correspondente a 45,4% dos recursos prometidos pela União, o menor percentual entre os entes federados. Complementar os recursos prometidos em Brasília elevaria as aplicações nos Municípios gaúchos em R\$ 2,1 bilhões. Cabe destacar, nesse sentido, que os maiores repasses para as prefeituras se deram na área de defesa civil, saúde e no FPM de calamidade.